

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 954 DE 17 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.



SF/20785.33454-35

EMENDA Nº de 2020 - CM

Altera-se o § 2º do art. 3º da MPV 954/2020, que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

.....
§ 2º A Fundação IBGE formulará relatório de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos do art. 38 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e informará, em seu sítio eletrônico, as situações em que os dados referidos no caput do art. 2º foram utilizados.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A MP 954 de 2020 dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e do Serviço Móvel Pessoal - SMP com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estes dados são a relação dos nomes, dos números de telefone e dos endereços de seus consumidores, pessoas físicas ou jurídicas e estão, portanto, protegidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), até porque a própria MP a ela remete ao disciplinar que o IBGE elaborará Relatório de Impacto a Proteção de Dados Pessoais.

Sobre este relatório, entendemos que sua elaboração e publicação deve ocorrer antes da disponibilização das informações pelas prestadoras do STFC e SMP, inclusive com a metodologia para a garantia da segurança das informações e a análise das medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados, previstas no parágrafo único do art. 38 da LGPD. Por tal razão, propomos a presente emenda. Somente conhecendo a forma como os dados serão efetivamente usados e protegidos, os órgãos competentes e a sociedade civil poderão atuar.

Contamos com o apoio dos nobres senadores para o acolhimento desta emenda.

Sala das Comissões,



Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
REDE/AP